

**CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DO PARÁ - CAU/PA**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019**

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PARÁ - CAU/PA

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

OBS: O relatório será incluído oportunamente, entretanto os modelos podem ser consultados por meio da NBCTA 700 do Conselho Federal de Contabilidade.



NBCTA700.pdf

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PARÁ - CAU/PA

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Pará - CAU/PA, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na TV Rui Barbosa, nº 452, Bairro do Reduto, CEP 66.053-260, na Cidade de Belém-PA.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 17.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PA procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) **Base de mensuração** - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.
- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/PA, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/PA segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 12.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PA procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/PA adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) **Risco de Crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- a) **Risco de mercado:** O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- b) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco conta movimento	9.032	8.064
Aplicações financeiras	1.043.435	935.257
	<u>1.052.467</u>	<u>943.321</u>

As aplicações financeiras estão representadas por títulos de renda fixa, emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Todos os Saldos da Conta BB 1686-1, são transferidos a conta investimento Fundo Mensal (1686-1), sendo que neste exercício de 2019 restou um saldo de R\$ 9.032.

Todas as aplicações financeiras são de resgate imediato.

As aplicações financeiras no exercício de 2019 renderam R\$ 53.094 ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Pará.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

6. Créditos de curto prazo

	2019	2018
Créditos de anuidades do exercício	687.550	603.781
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	1.713.891	1.311.204
(-) Provisão para devedores duvidosos	(1.507.525)	(1.164.063)
	893.917	750.922

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2019	2018
A vencer	687.550	603.781
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	1.713.891	1.311.204
(-)Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(1.507.525)	(1.164.063)
	893.916	750.922

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

A Entidade no exercício de 2019 adotou alguns critérios para se registrar a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, conforme abaixo:

Valores a Receber - Anuidades PF E PJ

Por meio dos relatórios 14 e 15 do SICCAU extraímos, em 04/01/2020, os dados referentes às anuidades a receber (valores apenas do principal, desconsiderando multas e juros).

Pelos dados consolidados, no dia 31/12/2019, ajustamos os saldos dos valores a receber de anuidade (PF e PJ) com base nos 80% dos valores principais, sendo que os saldos das anuidades de 2019 integram a conta de anuidades do exercício e as de 2012 a 2018 compõem as anuidades a receber de exercícios anteriores.

Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos - PDD

Através do comparativo dos valores a receber dos últimos 3 anos (2016 a 2018) na situação de 31/12/2018 versus 31/12/2019, obtivemos os percentuais de redução dos valores a receber em um ano. Pela metodologia aplicada, foi apurada a média aritmética do percentual de redução das anuidades a receber dos 3 anos analisados. Mediante este o percentual médio de redução, definiu-se o percentual de manutenção dos valores em devedores duvidosos, configurando assim o percentual de PDD a ser aplicado sobre as anuidades a receber de Pessoa Física e Pessoa Jurídica ao final do exercício.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A PDD foi aplicada apenas sobre as anuidades a receber de exercícios anteriores. O total de anuidades a receber do exercício (2019) não sofrerá provisão redutora.

No cálculo da porcentagem a ser aplicada usou-se a média aritmética - % de redução de arrecadação PF 13,60% e PJ 4,94%, ocasionando uma média de inadimplência (PDD) de 86% para PF e 95% para PJ.

Dados do Relatório de Inadimplência do SICCAU (14 e 15) e Apuração de PDD

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total	% PDD	Total PDD
P. F.	65.231	94.929	122.575	152.495	224.247	300.531	380.790	1.340.797	86%	(1.153.086)
P. J.	2.278	6.659	21.110	45.722	74.582	100.552	122.190	373.094	95%	(354.439)
								<u>1.713.891</u>		<u>(1.507.525)</u>

6.1 Ajustes de Contas a receber de anuidades

Em dezembro de 2019 ocorreram alguns ajustes de valores a maior de anuidades a receber do exercício e a menor do exercício anterior, conforme orientação do CAU BR, referente aos relatórios 14 e 15 do SICCAU, que indicam os valores pendentes a receber de anuidade pessoa física e Jurídica. Conforme o relatório os valores são expressos de acordo com a tabela acima, e devem compor o saldo final da contabilidade em 31/12/2019, esclarecendo que foi adotado o percentual de 80% para valores a receber, pois 20% referem-se às receitas do CAU BR por partição na origem.

	2018	Saldo Contábil em 31/12/2019	Ajuste Contábil em 31/12/2019	2019
P. Física	471.542	215.202	322.872	538.075
P. Jurídica	<u>132.239</u>	<u>82.131</u>	<u>67.344</u>	<u>149.475</u>
Total	603.781	297.333	390.217	687.550
PF Exercícios Anteriores	1.052.129	1.523.671	(182.874)	1.340.797
PJ Exercícios Anteriores	<u>259.075</u>	<u>391.314</u>	<u>(18.219)</u>	<u>373.095</u>
Total	1.311.204	1.914.985	(201.093)	1.713.892
Total	1.914.985			2.401.442
PDD	<u>(1.164.064)</u>			<u>(1.507.525)</u>
Créditos a Curto Prazo	<u>750.921</u>			<u>893.917</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

7. Demais créditos e valores a curto prazo

		2019	2018
Devedores da Entidade	a)	12.822	12.822
Entidades Públicas Devedoras	b)	414	414
		13.236	13.236

- a) Os valores apresentados referem-se ao saldo da conta “Entidade Públicas Devedoras” no valor de R\$ 12.822,00 devido a uma retenção de IRRF que foi feita indevidamente pelo Banco do Brasil S.A. nos rendimentos da conta de Investimentos Fundos Mensal e irá ser restituída pelo mesmo, pois este conselho é isento da tal retenção.
- b) O Saldo da conta “Devedores da Entidade” no valor de R\$ 414,00 refere-se a conta de energia elétrica da antiga sede do CAU PA, que foi debitado em duplicidade, e que será restituída pela empresa responsável.

8. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2019	2018
Móveis e utensílios	46.348	(21.494)	24.854	27.977
Máquinas e Equipamentos	25.124	(18.349)	6.775	8.615
Instalações	9.280	(2.741)	6.539	7.374
Veículos	42.700	(29.223)	13.477	18.281
Equip. de Proc. de Dados	54.952	(38.169)	16.783	21.445
Subtotal 1	178.404	(109.976)	68.428	83.692
Imóveis	1.140.000	(155.409)	984.591	1.020.181
Obras em Andamento	-	-	12.040	-
Subtotal 2	1.140.000	(155.409)	1.152.040	1.152.040
Total	1.318.404	(265.385)	1.053.019	1.235.732

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

	Movimentação do Imobilizado				31.12.2019
	31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação	
Móveis e utensílios	27.977	-	-	(3.123)	24.854
Máquinas e Equipamentos	8.615	1.901	-	(1.840)	8.676
Instalações	7.374	-	-	(835)	6.539
Veículos	18.281	-	-	(4.804)	13.477
Equipam. Proc. de Dados	21.445	3.894	-	(4.662)	20.677
Subtotal	83.692	5.795	-	(15.264)	74.223
Imóveis	1.140.000	-	-	(35.590)	1.140.000
Obras em Andamento	-	12.040	-	-	12.040
					1.152.040
Total (1)	1.223.692	17.835	-	(50.854)	1.226.263
(-)depreciação acumulada	(214.531)	-	-	-	(265.385)
Total (2)	1.009.161				960.878

Adições

Em 2019, as adições na Conta “Máquinas e Equipamentos” engloba 01 celular Samsung, no valor de R\$ 598,23, 01 gravador de voz digital, no valor de R\$242,95, 02 celulares LG, no valor total de R\$ 1.060,00, sendo cada unidade R\$ 530,00, totalizando na conta R\$ 1.901,18.

A Conta “Equipamentos de Processamento de Dados” engloba a aquisição de 01 notebook, no valor total de R\$ 3.599,00 e 01 HD externo, no valor de R\$ 294,90, totalizando o valor de R\$ 3.893,90.

A Conta “Obras em Andamento” engloba a aquisição de 01 notebook, no valor total de R\$ 3.599,00 e 01 HD externo, no valor de R\$ 294,90, totalizando o valor de R\$ 3.893,90.

Baixas

Em 2019, não ocorrem baixas de bens móveis.

9. Intangível

A Entidade acompanha anualmente a vida útil dos ativos intangíveis e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	
			2019	2018
Softwares	6.530	1.567	4.963	5.012
Total	6.530	1.567	4.963	5.012

	Movimentação do Intangível				31.12.2019
	31.12.2018	Adições	Baixas	Amortização	
Intangível	5.012	-	-	49	4.963
Total	5.012	-	-	49	4.963

10. Fornecedores a pagar

A Entidade possui obrigações em curto prazo, registradas na conta de fornecedores prestadores de serviço inscritos em restos a pagar processados no valor de R\$ 29.515.

	2019	2018
Prestação de serviço	27.142	29.515
	27.142	29.515

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
A vencer	27.142	29.515
Vencidos:		
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
	27.142	29.515

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

11. Obrigações a curto prazo

11.1 Obrigações a curto prazo

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Férias	55.298	41.704
Inss férias	11.889	31.720
Fgts férias	4.424	7.896
Pis/pasep férias	553	822
	-	-
	<u>72.163</u>	<u>82.142</u>

11. 2 Demais obrigações a curto prazo

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Iss	41	-
Adiantamento de Clientes	5.462	3.868
vale transporte	478	265
Plano de saúde	296	439
Inss fopag a recolher	4.060	7.645
Inss férias a recolher	176	-
Inss 13º salário a recolher	4.175	-
Irrf fopag a recolher	3.203	-
	-	-
	<u>17.890</u>	<u>12.217</u>
Total	<u>90.054</u>	<u>94.359</u>

A Entidade possui obrigações em curto prazo, registradas na conta "Adiantamento de clientes" no valor de R\$ 5.462,16, que se referem a depósitos feitos diretamente na conta do CAU/PA por órgãos públicos referentes a Registros de Responsabilidade Técnica (RRT) dos Arquitetos destes órgãos.

12. Provisão para riscos processuais

A Entidade não é parte em processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, não sendo constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. Não havendo processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

a. Natureza das contingências

A Entidade não é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e não está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

b. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2019 não foram computados causas trabalhistas e cíveis, cuja avaliação dos assessores legais da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

13. Patrimônio Líquido

Descrição	2019	2018
Superávit ou Déficit do Exercício	216.180	554.370
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	2.693.029	2.138.658
Patrimônio Líquido	2.909.209	2.693.028

14. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2019 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/PA, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2019 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

15. Despesas por natureza

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

<u>Classificação por natureza</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Despesas com pessoal e encargos	734.071	720.006
Benefícios	142.881	147.631
Material de Consumo	14.860	11.565
Serviços Terceiros Pessoa Física	71.201	60.204
Serviços Terceiros Pessoa Jurídica	227.584	162.161
Encargos Diversos	62.465	81.699
outras despesa e receitas	127.047	156.084
	<u>1.380.108</u>	<u>1.339.350</u>

16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.981.214	1.932.594
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.765.034)	(1.378.224)
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>216.180</u>	<u>554.370</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	1.494.757	1.339.880
(-) Despesas Empenhadas	(1.397.944)	(1.354.939)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>96.813</u>	<u>(15.059)</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo Disponível Apurado	1.043.435	943.321
(-) Passivo Financeiro	(117.196)	(123.874)
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>926.239</u>	<u>819.447</u>

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

Tipo de cobertura	Importância segurada
Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	439
Incêndio, roubo e colisão para xxx veículos	-
Responsabilidade civil	-
Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
	<hr/>
	439
	<hr/> <hr/>

18. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

19. Eventos subsequentes

Se houver eventos subsequentes de 1° de janeiro até data de emissão do relatório de auditoria e, que seja necessário à sua divulgação, conforme CPC 24/IAS 10, deverá ser divulgada a informação, para fins de apresentação

* * *